Apontamentos para o estudo da Igreja Católica em Braga durante a Revolução de Abril (1974–1975)

Notes towards a study of the Catholic Church in Braga during the April Revolution (1974–1975)

Eduardo de Aguiar e Silva
Licenciado em História pela Universidade do Minho
eduardodeaguiaresilva@gmail.com
ORCID: 0009-0001-5836-2122

Bracara Augusta, 133 (2025), 243–261 | ISSN 0006-8640
DOI: 10.82564/revistabracaraaugusta.v73i133.40

Resumo // Este artigo explora o papel da Igreja de Braga durante o período revolucionário, iniciando-se nos anos imediatamente anteriores à revolução e terminando em Agosto de 1975. Fá-lo, sobretudo, através da análise de documentação produzida pela Igreja, bem como de alguns trabalhos realizados em torno da história da Igreja Portuguesa nesse período. Conclui que a Igreja de Braga vinha registando tensões no seu seio já antes da revolução (embora esta as tenha intensificado), que nos parecem demonstrativas do não monolitismo da instituição; que não diferiu notavelmente da Igreja Portuguesa na sua actuação política, que se caracterizou, grosso modo, pela defesa de uma democracia do tipo liberal e pluralista que garantisse os seus direitos, bem como por uma oposição fortíssima às filosofias e grupos de índole marxista.

Palavras-Chave:
arcebispo de Braga, clero, igreja católica, revolução de 25 de abril.

Abstract // This article aims to explore the role played by the Church in Braga during the revolutionary period, from the years immediately preceding the April revolution to August 1975. The study is based primarily on an analysis of documentation produced by the Church, alongside a selection of works on the history of the Portuguese Church during this period. It concludes that the Church had already experienced tensions prior to the revolution (which further intensified them), revealing the institution's internal plurality. Moreover, it argues that the Church in Braga did not differ significantly from the broader Portuguese Church in its political stance, marked by a defence of liberal and pluralist democracy that safeguarded its rights, alongside strong opposition to Marxist groups and ideologies.

Keywords:
april 25 revolution, archbishop of Braga, catholic church, clergy.

O autor não segue o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa (1990).
The author does not follow the Orthographic Agreement of the Portuguese Language (1990).

Introdução

Boa parte das análises levadas a cabo acerca da acção da Igreja Católica em Portugal, durante o período revolucionário de 1974–1976, tendeu a abordar o caso da Igreja Bracarense como se de uma nota de rodapé se tratasse, uma espécie de «ilha», deslocada quer dos ventos de mudança que varriam então Portugal, quer das mudanças que a própria Igreja vinha experimentando desde o Concílio Vaticano II (1962–1965). Para isto contribuiu o facto de a maioria das análises ser de âmbito nacional e ter um viés centralista ao olhar para a «província», geralmente tratada de forma simplista.

Este artigo procura concorrer para a densificação e aprofundamento do conhecimento sobre o papel político que a Igreja desempenhou na Revolução de Abril. É ainda um exercício exploratório e, como tal, pretende lançar a discussão sobre o tema, mais do que apresentar qualquer perspectiva final sobre a Igreja Bracarense no contexto revolucionário. Não se tratando de um estudo exaustivo e definitivo — nenhum o é, na verdade — procurar-se-á dar resposta às seguintes questões: de que maneira reagiu a Igreja Bracarense ao 25 de Abril e às transformações que este suscitou na sociedade portuguesa? Que atitude tomou face aos acontecimentos políticos e sociais do país? Como se desenrolou a vida interna dessa mesma Igreja?

Como referimos, são ainda inexistentes quaisquer análises voltadas para a história da Igreja em Braga durante o período revolucionário. Aquelas que existem acerca da Igreja Portuguesa, tratando o caso bracarense, em pouco mais atentam que na oposição do arcebispo a alguns grupos contestatários e à sua acção durante o Verão Quente (Cruz, 1997–1998; Matos, 2001; Medeiros & Rezola, 1994). Neste sentido, qualquer investigador que pretenda abordar este tema terá forçosamente de fazer um levantamento de documentação que permita uma análise mais matizada e problematizante. No nosso caso, as fontes utilizadas consistiram, principalmente, em boletins paroquiais, na imprensa local e regional (em especial o *Diário do Minho*), em folhetos, livros e outros documentos impressos. Sublinhamos, por fim, que, apesar do caso de estudo ser local, deve ser lido tendo em consideração o contexto mais amplo da Igreja e da sociedade portuguesas no período revolucionário, factores que, por economia de espaço, nos dispensaremos aqui de aprofundar.

1. A Igreja de Braga em vésperas do 25 de Abril

É certo que, entre 1933 e 1974, a Igreja Católica e o Estado Português mantiveram uma relação simbiótica, potenciada e reforçada por uma harmonia doutrinal que, embora não absoluta, existiu entre as duas instituições. No caso do Estado Novo, essa relação tendeu a arrefecer, sendo disso sintoma alguns casos de oposição eclesiástica

ao regime, inclusive por membros do Episcopado, como aqueles que foram protagonizados por D. António Ferreira Gomes e D. Manuel Vieira Pinto. Ainda assim, não é de crer que maioria do clero fosse afecta a esta oposição, nem em Braga, nem no resto do país. Desde 1956, Braga contava com D. Francisco Maria da Silva[1] como bispo auxiliar. Em 1963, com a morte do arcebispo D. António Bento Martins Júnior, D. Francisco foi elevado a arcebispo primaz, função que desempenhou até à sua morte, em 14 de Outubro de 1977. Qualquer análise do seu episcopado constituirá sempre tarefa complexa, visto que, se por um lado, D. Francisco foi (e é) louvado e exaltado como pastor exemplaríssimo, paladino das virtudes cristãs e defensor da Igreja contra aqueles que a vilipendiavam e pretenderiam impor, em seu prejuízo, um regime despótico de esquerda, por outro, também foi (e é) condenado como um autoritário irascível, representante paradigmático de uma Igreja ultrapassada, reaccionária e obscurantista, aliada ao poder económico-civil, alienadora do povo, simultaneamente obstáculo à implementação das reformas do Concílio Vaticano II (CVII) na Igreja e à democratização do país.

Se as opiniões pessoais de D. Francisco em relação ao anterior regime nos são impossíveis de conhecer, o que é certo é que, antes do 25 de Abril, não demonstrou publicamente qualquer sinal de oposição à ditadura. Pelo contrário, em vários dos seus discursos enquanto bispo auxiliar e depois como arcebispo, transparecia um nacional catolicismo que não se esfumou após o 25 de Abril. Em 1966, discursando nas cerimónias do quadragésimo aniversário do 28 de Maio de 1926, em Braga, na presença do Presidente da República e do Presidente do Conselho, referia-se a essas quatro décadas como um livro «composto por capítulos densos, por páginas de heroísmo, de restauração do passado glorioso, de fidelidade ao dever, de pacificação geral, de paz religiosa», no qual se havia defendido a integridade material e espiritual da Pátria (Abreu, 2018, p. 583).

Este discurso seria mais tarde apresentado como uma prova do «enfeudamento»[2] do arcebispo e da Igreja Bracarense ao regime por parte de sectores oposicionistas, críticos da actuação da hierarquia eclesiástica durante a II República. A acusação não foi apenas imputada a D. Francisco, mas também à restante hierarquia e à Igreja em geral, e seria uma das principais críticas dos movimentos cristãos contestatários que germinaram nos anos finais da ditadura ou que se formaram nos meses seguintes ao 25 de Abril, bem como das forças políticas de esquerda. A Igreja de Braga vinha dando sinais de uma crescente antipatia entre a hierarquia e alguns sectores do clero e dos leigos acerca de questões doutrinais, disciplinares e/ou políticas. Este fenómeno manifestou-se em dois casos, que, por terem sido os principais e mais mediáticos pontos de tensão e mal-estar no seio da Igreja Bracarense, passamos a apresentar.

[1] D. Francisco Maria da Silva (n. 15–3–1910, m. 14–4–1977), natural da Murtosa, doutorou-se em teologia e bacharelou-se em direito canónico na Pontifícia Universidade Gregoriana, em Roma, onde foi ordenado sacerdote, em 1932.

[2] De tal modo que se procurou defender num texto intitulado «Re-tratação» e publicado em *Acção Católica,* n.º 6–7, Junho–Julho de 1976, p. 293.

2. Os casos de Braga e Aver-o-Mar

As directrizes e documentos emanados do CVII provocaram, no mundo católico, profundas diferenças de interpretação e implementação. Esta fractura foi mais evidente em sectores desafectos aos desenvolvimentos produzidos, quer no campo mais tradicionalista, quer no mais progressista, que consideraram ora que o concílio havia produzido rupturas injustificáveis ou até heréticas, ora que o concílio havia sido, pelo contrário, demasiado conservador, fazendo falta um «avanço» ainda maior. Estes dois campos não tiveram, na Igreja Portuguesa, expressão considerável, sendo o concílio aceite pela generalidade do clero e do laicado. Quanto à interpretação a fazer dos documentos conciliares e do «espírito do Vaticano II», porém, registaram-se algumas discórdias e conflitos, antes e depois do 25 de Abril[3].

De entre estes, destacou-se um que, à época, ficou conhecido como o «caso de Braga». Envolveu sacerdotes destacados da Igreja de Braga: o então ex-director do *Diário do Minho,* Cón. Luís Vaz, o Pe. Júlio Hilarião Vaz, o Pe. Carlos Nuno Salgado Vaz, o Pe. Manuel Magalhães dos Santos e o Pe. António Manuel de Sousa Fernandes[4]. Embora não sejam totalmente claros e conhecidos todos os seus detalhes, o caso desenrolou-se, em traços gerais, da seguinte forma: os padres mencionados, e outros, fazendo parte de uma ala que, não se incluindo necessariamente no progressismo político (nem sendo, aliás, particularmente «progressista» em questões doutrinais), mas pretendendo aprofundar, em Braga, uma forma de Igreja mais alinhada com a sua visão do Vaticano II, entraram em conflito com D. Francisco. Gerou-se, entre aqueles e o arcebispo, um clima de relações tensas e desconfiança mútua, que foi

[3] Será conveniente explicitar aqui alguns conceitos como progressista, tradicionalista, conservador, etc, dentro do espectro católico. Entendem-se por progressistas os cristãos que perfilhavam uma teologia e eclesiologia profundamente influenciadas pelo marxismo, e que por isso muitas vezes se encontravam nos partidos da esquerda revolucionária. Por este nome também se designam, por vezes, os católicos que, não se identificando com o marxismo, partilhavam de uma interpretação mais «liberal» do Concílio Vaticano II, que pretendiam aplicar à Igreja Portuguesa. Ambos estes sectores, que convém distinguir, convergiram não poucas vezes na argumentação e acção dirigidas contra a hierarquia eclesiástica em Portugal. Já por tradicionalistas se entendem os católicos que rejeitavam, em parte ou em todo, as mudanças ocorridas na Igreja a partir da década de 60 e a autoridade da Roma pós-conciliar. Encontraram-se muitas vezes associados a movimentos ou figuras de extrema-direita. Por conservadores se entendem os que, aceitando o concílio e mantendo-se fiéis a Roma, dele faziam uma interpretação mais ortodoxa (embora pudessem olhar com desconfiança para algumas das suas novidades, sobretudo a nível litúrgico). A este último sector pertencia a maior parte da Igreja Portuguesa e o seu Episcopado.

[4] O Cónego António Luís Vaz (n. 30–4–1911, m. 2–8–2008), foi director do *Diário do Minho* desde 1949 até 1969, embora a sua demissão de facto só se tenha efectuado em 1970, devido a conflitos com D. Francisco. Foi irmão do Pe. Júlio Hilarião Vaz, (n. 21–10–1916, m.?), também jornalista, redactor no *Diário do Minho* e professor no Seminário de Braga. O Pe. Carlos Vaz (n. 10–10–1942) é sobrinho destes últimos — também jornalista, foi enviado-especial do *Jornal de Notícias,* ao 3.º Sínodo dos Bispos realizado em Roma em 1971. O Pe. Sousa Fernandes (n. 1936, m. 26–08–2019) foi o principal responsável pela reactivação da Igreja de Nossa Senhora-a-Branca e foi nomeado notário do Tribunal Eclesiástico de Braga por D. Francisco. O Pe. Magalhães dos Santos (n. 2–5–1927, m. 2–11–2017) era pároco na Póvoa de Lanhoso, para onde consta ter sido transferido contra a sua vontade.

sendo pautado por vários incidentes e que culminou, em 1972, na aplicação de penas canónicas aos cinco sacerdotes. A causa imediata destes castigos foi um escrito, publicado em 3 de Dezembro desse ano no jornal *A Capital*, em que se pronunciaram (negativamente) acerca da actividade administrativa e pastoral do arcebispado e da ausência de diálogo dentro da arquidiocese. Depois de procurar que os sacerdotes se retratassem do documento publicado, o arcebispo recorreu (diante da resposta negativa destes), à aplicação de penas canónicas, suspendendo e proibindo de escrever na imprensa os três primeiros. Os cinco não aceitaram a punição e interpuseram recurso à Santa Sé, cuja resposta chegou a 28 de Fevereiro do ano seguinte, confirmando as penas impostas pelo arcebispo, deplorando o comportamento dos sacerdotes, e suplicando-lhes que «com espírito de verdadeira humildade e sinceridade reconheçam o seu excesso»[5]. Entendendo que a Sagrada Congregação para o Clero não havia lido o documento contestando a «notificação» que tinham enviado juntamente com o recurso interposto, voltaram a recorrer. Nova resposta viria, a 11 de Janeiro de 1974, com sentença idêntica à anterior (Abreu, 2018, p. 438). A polémica foi divulgada pela imprensa nacional e inclusive por alguma imprensa estrangeira. Apesar de alguns grupos afectos à arquidiocese terem saído em defesa do arcebispo, a actuação da hierarquia bracarense foi vista com maus olhos e contribuiu para o fortalecimento da ideia de que D. Francisco e a Igreja de Braga não só recorriam a formas de governo autoritárias e repressivas, como haviam ficado presos a um paradigma eclesial tridentino e anacrónico.

O caso em torno de Aver-o-Mar resultou igualmente na imposição de penas canónicas a um sacerdote, o Pe. Ângelo Faria da Venda, pároco de Aver-o-Mar, na Póvoa de Varzim. Em 1969, o Pe. Ângelo fora colocado, por D. Francisco, à frente da paróquia de Aver-o-Mar[6], por motivo da existência de conflitos entre os paroquianos e o anterior pároco. Em Fevereiro de 1973, o mesmo arcebispo enviou ao Pe. Ângelo uma carta, propondo-lhe que solicitasse a sua remoção da paróquia, visto que se encontrava mais dividida que à data da sua colocação, e oferecendo-lhe um posto de docência em Guimarães (Abreu, 2018, p. 438). As narrativas contradizem-se e os factos do caso não são claros[7] — seja como for, o Pe. Ângelo não saiu da paróquia, e, em 24 de Setembro do mesmo ano, D. Francisco emitiu um decreto exonerando-o, substituindo-o em Aver-o-Mar e convidando-o para a paróquia de Cabanelas, em Vila Verde. Este decreto foi recebido com igual desobediência, tendo o Pe. Ângelo recorri-

[5] *Sacerdotes Punidos e Leigos Avisados. O Caso de Braga* (1973), p. 131.

[6] O Pe. Ângelo Faria Venda (n. 1934, m. 15–8–2008) foi ordenado em 7–10–1960, pelo então arcebispo de Braga, D. António Bento Martins Jr.

[7] O jornal *O Cávado* relata que o afastamento do Pe. Ângelo se deveu a inimizades deste com a Junta de Freguesia, por motivo de diferendos de opinião em relação à construção de uma nova igreja, pretendida por esta, mas não desejada pelo Pe. Ângelo, que preferia a construção de um salão paroquial. A inimizade gerada entre a Junta e o Pe. Ângelo terá levado aquela a pretender exonerar o padre, enviando para esse efeito várias queixas e acusações ao arcebispo D. Francisco Maria da Silva, que nessa conjuntura enviou ao Pe. Ângelo a carta propondo-lhe a transferência («O Caso de Averomar», *O Cávado,* Ano XIII, 26 de Outubro de 1973, p. 5).

do a Roma. Aos seus paroquianos não agradou a decisão do arcebispo e irromperam desacatos em Aver-o-Mar. A jornalista britânica Susan Lowndes Marques relatava, em escrito datado de 2 de Outubro de 1973, que:

> Os paroquianos estavam de tal modo enfurecidos pela remoção do padre que quatro mil homens e mulheres se reuniram em frente à igreja paroquial para demonstrar a sua raiva e para protestar. A GNR local (...) foi chamada para dispersar a multidão (...). A população do norte de Portugal (...) constantemente protesta contra a transferência ou remoção de padres de paróquia. (Vicente, 2016, p. 178)

A 8 de Dezembro chegaria a resposta da Sagrada Congregação do Clero, intimando o Pe. Ângelo a cumprir o mandato de D. Francisco. Apenas em Março do ano seguinte o sacerdote abandonaria a residência paroquial, e não por vontade própria. Apoiando-se na Concordata, o arcebispo solicitou o apoio das autoridades seculares e o governador civil do Porto intimou o Pe. Ângelo a desocupar a residência, sendo necessário recorrer à GNR para o efeito. A situação não registou desenvolvimentos significativos até Outubro de 1974, quando o Pe. Ângelo, que tinha permanecido em Aver-o-Mar, recorreu novamente da decisão de D. Francisco, desta vez ao novo governador civil do Porto, que contrariou o parecer do seu antecessor e intimou o Pe. Arlindo Torres, que exercia como pároco desde a expulsão do Pe. Ângelo, a entregar a residência paroquial a este último no prazo de dez dias, tendo este cumprido. Vendo esgotadas as suas vias de acção, D. Francisco Maria da Silva fez publicar um decreto em 15 de Novembro, declarando que o Pe. Ângelo havia incorrido em excomunhão *latae sententiae* por recorrer ao poder laical em prejuízo da jurisdição eclesiástica[8]. Tal como acontecera no caso anterior, os acontecimentos de Aver-o-Mar foram sendo divulgados pela imprensa, com maior intensidade após o fim do regime de censura prévia. Na generalidade se concluíam as mesmas coisas: que a hierarquia bracarense se fazia valer de um autoritarismo anacrónico, que era aliada da estrutura capitalista, que era obscurantista, reaccionária e totalitária e que a solução para o problema começava pelo saneamento do bispo, se necessário com a intervenção do governo[9].

Neste ambiente, o Cabido Bracarense, em reunião extraordinária realizada em 28 de Novembro, deliberou publicar um comunicado «em face da gravíssima agressão de que está sendo vítima a Igreja Bracarense por obra do surto de mentiras, calúnias, insultos e difamações movidas por certos meios de comunicação social, influenciados, em parte, por alguns sacerdotes e leigos», no qual saía em defesa do seu bispo, reiterando «firmíssimo acto de fé na estrutura hierárquica da Igreja», denunciando «cavilosas ofensas ao povo minhoto e à sua fé», indignando-se pela «campanha (...)

[8] *Acção Católica,* n.º 2, Fevereiro de 1975, p. 110. Face ao enorme mediatismo do caso, publicou-se nesta revista um conjunto de documentos de modo a contrariar a narrativa geralmente apresentada pela comunicação social. Cf. «Caso de Averomar», *Ib.,* pp. 68–120.

[9] «A hierarquia eclesiástica aliada da estrutura capitalista», *Diário de Lisboa*, n.º 18616, 18 de Novembro de 1974, p. 19.

injusta contra o clero» e contra o seu arcebispo, apelando à união dos cristãos e denunciando as «falsas interpretações dos documentos da Igreja, nomeadamente os do Concílio Vaticano II», bem como a «falsa representatividade» dos grupos de cristãos contestatários[10]. O documento foi assinado por todos os cónegos em funções, à excepção do Cón. António Vaz, que veio a publicar, no jornal *O Cávado* de 14–12–1974, um escrito intitulado «Porque não assinei documento do Cabido». Dizia ter este uma «deficiente, mutilada, pouco segura» fundamentação teológica, sobretudo no que dizia respeito à definição da Igreja e ao papel do bispo, que considerava oposta ao Vaticano II, e defendia os direitos e os deveres da imprensa, considerando vital a existência de uma opinião pública para o progresso da Igreja[11].

3. A contestação no interior da Igreja — A reunião de cristãos na FNAT em 12 de Julho de 1974

Referimos já o fenómeno, iniciado antes de 1974, de uma crescente tensão entre a hierarquia e alguns sectores do clero e dos leigos. Este teve nos grupos de cristãos contestatários uma das suas mais notáveis materializações no pós-25 de Abril. Surgiram um pouco por todo o país, não constituindo um movimento global e organizado, mas sim pequenos grupos espalhados, predominantemente, pelos centros urbanos. Eram compostos, na sua maioria, por leigos, mas também foram frequentados por elementos do clero diocesano e religioso, que se identificavam com correntes de pensamento político mais progressistas ou que, pelo menos, se integravam numa ala que visava a renovação da Igreja e defendia a necessidade de aprofundar as orientações conciliares no «espírito do Vaticano II».

Em Braga desenvolveram a sua actividade publicando textos e organizando reuniões, conferências e sessões de debate. Em Maio de 1974 publicava-se um documento intitulado *O Clero e a Situação Actual da Diocese de Braga,* sem o nome dos autores e sob a referência: «colaboração do grupo de Braga»[12]. O texto era uma condenação contundente da estrutura eclesial bracarense, acusada de se ter comprometido com o Estado Novo e de ter ela própria seguido um modelo de funcionamento autoritário e repressivo, sobretudo na figura do seu arcebispo, acusado também de faltar aos seus deveres cristãos, por não ter sido solidário com Paulo VI, aquando da sua visita à Índia ou da recepção dos representantes dos movimentos nacionalistas africanos, e com «os católicos que denunciaram os crimes do regime deposto»[13], preferindo tomar o lado do Estado Português. Acusava a hierarquia, ainda, de «manobras (...) para

[10] *Braga: A «Igreja» de D. Francisco Arcebispo*, pp. 36–38.
[11] *Ib.,* pp. 39–45.
[12] *Textos cristãos: 25 Abril Novembro 25,* p. 83.
[13] *Ib.,* p. 88.

esconder ao seu povo e ao seu clero»[14] os aspectos novos saídos do CVII. Responsabilizavam-na também por ter eliminado as iniciativas e experiências de base para dar lugar a «instituições prescritas do alto», por ter utilizado métodos de repressão característicos do regime deposto e por se ter dedicado a «construções de discutível alcance apostólico»[15]. Por fim, imputavam-lhe a promoção de uma religiosidade folclórica e supersticiosa, «indiferente perante as realidades terrenas em que se desenrola a vida das populações»[16]. Concluíam na necessidade urgente de afastar D. Francisco da cátedra e os seus «mais próximos colaboradores» do governo arquiepiscopal[17]. Um opúsculo, publicado em finais de 1974, com o título *Braga: A «Igreja» de D. Francisco Arcebispo,* expunha a questão nestes termos:

> o Prelado da Diocese é irrecuperável e carece de credibilidade junto dos fiéis mais conscientes e sobretudo junto das forças laicas empenhadas na tarefa de democratização do País». Dizia ainda: «não queremos destruir a pessoa do senhor Arcebispo, mas ajudá-lo a libertar-se a si mesmo e a salvar a própria alma[18].

Da mesma forma, a Associação Cristã de Braga, composta por cerca de uma centena de padres da arquidiocese, «fortemente empenhados em renovar a Igreja local à imagem do Vaticano II» e «motivados por uma situação caótica e deveras alienante»[19], publicou um outro texto, datado de 18 de Junho. Criticava, por tópicos, uma série de erros que entendia terem pesado na vida religiosa da arquidiocese e propunha, entre outras coisas, «uma tomada de posição forte para, em atitude construtiva, desmascarar tudo quanto não cabe no espírito do Vaticano II», especialmente em relação a D. Francisco e seus «colaboradores imediatos»[20].

Um dos episódios mais notáveis do conflito entre estes grupos e as estruturas hierárquicas da Igreja desenrolou-se em Braga, nas instalações da FNAT, em 12 de Julho de 1974. Para esse dia, a Assembleia de Cristãos de Braga havia convocado uma reunião destinada a «reflectir sobre vários aspectos da vida religiosa da arquidiocese»[21]. Tendo isso em conta, o Conselho Arquidiocesano de Leigos decidiu que seria conveniente a presença nessa reunião de membros dos movimentos arquidiocesanos, especialmente a dos Cursos de Cristandade. O resultado foi o espoletar de desacatos e altercações, durante a reunião, entre os membros da mesa organizadora (composta, entre outros, pelo Pe. Carlos Vaz, um dos visados pelas penas do «Caso de Braga») e os seus apoiantes na assistência, e elementos dos cursistas, que acorreram

[14] *Ib.,* p. 89.
[15] *Ib.,* p. 91.
[16] *Ib., p*p. 83–93.
[17] *Braga: A «Igreja» de D. Francisco Arcebispo,* p. 15.
[18] *Ib.,* p. 21.
[19] *Textos cristãos: 25 Abril Novembro 25,* p. 115.
[20] *Ib.,* p. 117.
[21] *A Igreja de Braga em crise, cinco comunicações boicotadas por cursistas*, p. 7.

à reunião às centenas. Desde logo, a imprensa local e nacional deu grande cobertura ao caso, denunciando o «boicote» que teria sido planeado de antemão e realizado sob a chefia do Cón. Eduardo Melo[22]. O Secretariado dos Cursos de Cristandade respondeu com um comunicado no qual, defendendo-se, justificava a presença dos cursistas numa reunião aberta de cristãos e retorquia que os desacatos se deveram à atitude intolerante e ditatorial da mesa, ao não permitir o diálogo, bem como à «má-fé» dos seus componentes, que pretenderiam exibir «uma deturpada imagem do ambiente cristão da arquidiocese»[23]. Os promotores da reunião publicariam, ainda nesse ano, um outro opúsculo intitulado *A Igreja de Braga em crise: cinco comunicações boicotadas por cursistas*, no qual, entre outras coisas, apresentavam por escrito as comunicações que não puderam ser apresentadas no encontro devido ao boicote de que diziam ter sido vítimas por parte dos membros dos Cursos de Cristandade. *A Capital* comentava a situação nos seguintes termos:

> Em Braga há duas igrejas: uma oficial, alimentada por carneiradas e com o fornecimento de um enorme contingente de motivos alienantes, e outra, livre, evangélica (...), crente de que o Espírito de Deus está mais presente num que se diz ateu, mas sabe ao menos ser educado e respeitar o próximo, do que no que se diz «católico» e se porta como um desvairado sem nome. Que o Governo saiba onde está o perigo para a democracia![24]

Por seu lado, o periódico oficial dos Cursos de Cristandade de Braga, *Mais Além,* respondia que

> Foi mais um caso de Braga que se poderia ter evitado se na realidade não houvesse em Braga duas igrejas, uma raivosa e contestatária que a título do Concílio é dissidente e contra o bispo, que se diz livre e evangelista e se supõe democrata, mas que nem por isso deixa de ser odiosa e mal-educada quando apelida de «carneirada» os que não lêem pela sua cartilha; que afirma que «o Espírito de Deus está mais num ateu educado do que num católico» quando este reage porque o pretendem ludibriar; que inclusivamente denuncia como perigo para a democracia, a coerência, o respeito pela disciplina e o uso do direito de rejeitar aquilo com que não se concorda e outra igreja, que sabe da verdadeira Igreja e do Evangelho um pouco mais do que aquilo que o «prior» (...) lhes revela ao domingo[25].

Formara-se, em Braga, um ambiente de profunda malquerença entre essas «duas igrejas»: uma «oficial», chefiada pelo arcebispo, apoiada no cabido (à excepção do Cón. Vaz), no suporte da maior parte dos sacerdotes e dos órgãos e movimen-

[22] O Cón. Eduardo Peixoto Melo (n. 30–10–1927, m. 19–4–2008) era director dos Cursos da Cristandade e Vigário Episcopal para o Apostolado dos Leigos.

[23] «Comunicado do secretariado dos Cursos da Cristandade», *Mais Além,* n.º 84, Setembro de 1974, p. 4.

[24] *A Igreja de Braga em crise, cinco comunicações boicotadas por cursistas,* p. 9.

[25] «O que se passou?», *Mais Além,* Ano VII, n.º 84, Setembro de 1974, pp. 4–5.

tos arquidiocesanos (bem como da maioria dos fiéis), e tendo nos seus órgãos de comunicação, sobretudo no *Diário do Minho,* o seu principal meio de difusão; uma outra, contestatária e minoritária, formada por grupos de leigos e sacerdotes, que, não sendo ideologicamente homogénea (indo do campo da esquerda revolucionária até ao dos que aspiravam apenas a uma renovação da Igreja seguindo os moldes do CVII), ainda assim tendia a convergir nos argumentos e nas críticas à Igreja «oficial», encontrando apoios na generalidade dos órgãos de comunicação nacionais que se posicionavam politicamente à esquerda, bem como na imprensa local, como foi o caso do *Correio do Minho.*

Estes apoios devem ser entendidos no contexto de uma «campanha contra a Igreja», como era descrita pela imprensa católica e que seria movida pela maioria dos meios de comunicação, através de declarações, *cartoons* e programas hostis aos bispos e à Igreja (Santos, 2005, p. 104). Simultaneamente, era feita uma valorização positiva do exemplo dos cristãos contestatários, numa espécie de dicotomia entre uma «boa» e uma «má» Igreja. Numa carta aberta destinada ao clero da arquidiocese, D. Francisco escreveu que

> A princípio a campanha era (...) eclesial, i.e. partia do interior da nossa Igreja e exornava-a o sinete clerical. Desenvolveu-se, ganhou corpo, alargou-se a outros órgãos publicitários, alguns criados adrede, e comprometeu leigos e até «horribile dictu» religiosos. (...) Mais tarde, com base nesta de origem clerical, aparece a campanha contra o Arcebispo nos órgãos nacionais de informação (...). Já era assim (...) antes da primavera dos cravos vermelhos; depois, incompreensivelmente, aumentou. Porquê? Qual a filosofia dessa campanha? (...) a razão, a filosofia do caso foi dada e feita por um deles: não é Averomar que nos interessa (...); o que nos interessa é arrasar o Arcebispo, que é um «facista» [sic]! (...) A esta luz deveria ser interpretada toda a literatura anti-Arcebispo Primaz[26].

Numa homilia que proferiu em 21 de Junho de 1974, no santuário de Santa Luzia, Viana do Castelo, por ocasião da festa do Sagrado Coração de Jesus, apontou o dedo aos «grupos subversivos» no interior da Igreja:

> Jesus combateu todos os erros. (...) erros de doutrina, erros de moral, todas as falsas interpretações das Escrituras, todos os desvios da lei, todas as vãs discussões sobre as observâncias legais, tudo o que vai contra a recta razão esclarecida pela fé (...). Mas que acontece? Reúne-se o Sinédrio – sei lá se impelido pelos Escribas do tempo – vai lá um discípulo traidor, e o Mestre é condenado! (...) Discípulos traidores, depois de beneficiados, onde os não há? A história moderna é rica de exemplos do género, infelizmente. (...) Deturpam os factos, caluniam as pessoas, distorcem as intenções, apresentam moções sob a capa de zelo, mas contra a autoridade constituída a que desobedecem, exercem influência nos simples e bem-intencionados, e

[26] *Mensagem ao Clero e Fiéis,* p. 174.

> são capazes de levar estes, que vêem o rebanho agitado, a lançar pedras, não aos lobos que aliás estão bem marcados (...), mas ao pastor[27].

Semanas antes, de 7 a 13 de Junho, realizara-se em Braga o II Congresso Eucarístico Nacional, convocado em comemoração do cinquentenário do primeiro, também realizado em Braga, e que vinha sendo, desde 1972, empenhadamente preparado pela Igreja Bracarense, envolvendo os movimentos da arquidiocese e de fora dela — Escuteiros, Cruzada Eucarística, Cursos de Cristandade, Legião de Maria, Acção Católica, Apostolado da Oração — e que contou com a participação activa do episcopado e de dezenas de milhares de católicos do Minho e do Norte do país (Vicente, 2016, p. 185). A mudança de regime não afectou a sua realização, e este não se deparou com problemas de maior. Valeu à Igreja, no entanto, críticas de triunfalismo vão e de práticas religiosas alienantes, folclóricas e pré-conciliares[28].

4. A Igreja de Braga e a política — a manifestação de 10 de Agosto de 1975

Sobre a conduta política da Igreja Bracarense deve dizer-se ainda que esta não diferiu notavelmente daquela adoptada pela generalidade da Igreja Portuguesa. Esta foi manifestada várias vezes, pela Conferência Episcopal (CEP), através de comunicados e notas pastorais, cuja leitura é indispensável para quem procure compreender a história da Igreja no período revolucionário. Os documentos emanados deste órgão devem ser entendidos como representativos da posição «oficial» da Igreja Portuguesa, dada a sua natureza colegial e magisterial. Foram por isso amplamente divulgados pela imprensa, e a sua leitura vivamente recomendada aos fiéis pelo clero.

Numa primeira fase após o 25 de Abril, a Igreja preferiu a prudência, na espera da consolidação das novas forças políticas, que não seria conveniente hostilizar. A 9 de Maio de 1974, a Secretaria Arquiepiscopal bracarense emitia uma pequena nota, recomendando «orações (...) para que o processo iniciado em 25 de Abril evolua em ordem ao verdadeiro bem da nossa Pátria e de todos os portugueses», aconselhando a leitura de alguns «documentos essenciais e imprescindíveis» para conhecer a doutrina social da Igreja[29]. Se bem que o novo regime foi acolhido com expectativa e benevolência, alguns dos seus desenvolvimentos provocaram apreensão no clero. Em *A Família de S. Vítor,* o pároco Joaquim Morais da Costa escrevia, em Maio de 1974, sobre o «actual momento político»:

---

[27] *Ib., pp. 19–20.*
[28] «O anti-congresso», *Acção Católica,* n.º 10–11, Outubro - Novembro de 1975, pp. 494–506.
[29] «Uma palavra de orientação», *Acção Católica*, n.º 5, Maio de 1974, pp. 235–236.

> Uns, vivem-no euforicamente, outros com uma certa reserva e desconfiança. Para nós, deverá ser de alegria na paz, na tranquilidade e na ordem. Somos contra a violência injusta, o egoísmo, (o) ódio, a mentira e todas as injustiças. O nosso salvador lutou contra estas situações: nós lutaremos também. O maior decreto que Ele nos deixou foi que nos amássemos uns aos outros; amássemos não só os do nosso partido, mas todos, até os inimigos. Metralhar os erros, e todo o mal, mas amar as pessoas! (...). Mas não esqueçamos que esta nossa liberdade tem limites (...). Ser livre é ter na mão o poder de escolha entre o bem e o mal[30].

À semelhança do que se fez no resto do país, e seguindo as orientações dos documentos da CEP, a Igreja em Braga exortou os católicos, através da sua imprensa e dos párocos, a cumprirem o dever do voto. Advertindo sempre dos limites das suas opções: «do "socialismo-não marxista" para a direita» era lícito ao cristão votar ou alistar-se no partido mais do seu agrado; «do "socialismo marxista" e daí para a esquerda» fosse em que partido fosse, não era lícito[31]. A Igreja não apoiou, oficialmente, nenhum partido, e reprovou a ideia de que algum partido reivindicasse para si, exclusivamente, a sua autoridade (embora muitos se tenham pronunciado em favor da criação de um partido cristão). Recordou, também, aos sacerdotes, a proibição de militarem activamente em partidos políticos. D. Francisco Maria da Silva, em texto intitulado «é dever gravíssimo votar e votar bem», expunha:

> Não me compete dizer-vos qual o partido melhor. Mas, se é pecado de omissão não votar, é pecado maior votar mal. E há partidos em que o cristão não pode, não deve votar. Seria votar mal. Quais? – a doutrina foi exposta muitas vezes. Creio bem que, a esta hora, nenhum cristão consciente desconhecerá a doutrina da Igreja o propósito. Resta SER FIEL. Precisamos de estar unidos para refazer a Pátria, que outros, de doutrina diferente da nossa, arruinaram[32].

A imprensa católica em Braga[33] procurava responder às críticas que eram movidas contra a Igreja e foi publicando textos, ora condenando o marxismo e o comunismo, ora denunciando a «perseguição descarada contra a Igreja» e o «combate cerrado contra o Clero» que viam na imprensa diária, na rádio e na televisão[34.] Em *Vida e Luz,* boletim da paróquia de S. Vicente, afirmava-se que

[30] «Liberdade!», *A Família de S. Vítor,* Ano II, n.º 7, 5 de Maio de 1974, p. 8.

[31] «Em que Partido votar?» *Acção Católica*, n.º 3, Março de 1976, p. 151.

[32] «É dever gravíssimo votar e votar bem». *Acção Católica,* n.º 5, Maio de 1976, p. 247.

[33] Por imprensa católica entendam-se os órgãos de comunicação associados à Igreja Católica – em termos mais específicos, os boletins de paróquia, os periódicos dos movimentos católicos, e, sobretudo, o *Diário do Minho*.

[34] «Não é combatendo a Igreja que se constrói a democracia», *Maximinos*, n.º 24, Novembro-Dezembro de 1974, p. 7.

> A besta arrogante pelos triunfos da impiedade e do comunismo, alimentada por uma série de heresias agora refinadas pelas subtilezas do modernismo, enfeitada pelos guizos duma sonora propaganda; esporeada por uma comprometedora pseudorreforma conciliar; desenfreada por uma traiçoeira mania de diálogo – a besta, dizíamos, ganhou fumos de senhora absoluta do mundo. Só lhe faltava o assalto final à rocha da Igreja.[35]

E ainda:

> É com certa apreensão e algumas reservas que vamos deparando com afirmações e atitudes que não respeitam o programa das Forças Armadas e até o contrariam. **(...)** Precisamos de nos esclarecer muito a sério para que amanhã, em época de eleições, saibamos escolher acertadamente o partido político em quem havemos de votar. (...) *Vida e Luz* irá esclarecendo os seus leitores sem se enfeudar a qualquer partido, ou movimento político. E, desde já, adianta que nenhum católico, ou protestante pode aderir ao Comunismo, pois isso equivaleria a renegar a sua fé. E certamente que nós não queremos ser apóstatas. Preferimos o martírio, se necessário.[36]

Compreende-se que a Igreja desejava um processo que se assemelhasse a uma transição serena e pacífica, que construísse um regime pluralista «na verdadeira liberdade e no respeito devido às pessoas e às instituições», na ordem e no respeito pela autoridade (inclusive a sua). A viragem política à esquerda que se foi efectuando no país, acentuada pelos acontecimentos de 28 de Setembro de 1974 e de 11 de Março 1975, contrariou este modelo. Isto, mais o intensificar do clima anticatólico, ou pelo menos, anticlerical, as campanhas de dinamização cultural levadas a cabo pelo MFA, nalgumas das quais foi feita propaganda anti-religiosa (Cruz, 1997, pp. 519–536), e, sobretudo, o caso da Rádio Renascença (RR), foram motivo para que se gerasse um ambiente de profunda intranquilidade entre as massas católicas do centro e do norte do país, que culminou nos meses de Julho e Agosto de 1975, nos quais a Igreja desenvolveria uma mobilização sem precedentes e que teve a sua expressão mais significativa nas manifestações de católicos, convocadas e realizadas em seu apoio e aos bispos e com vista à restituição da RR.

A emissora fora palco de greves e as suas instalações estavam ocupadas por trabalhadores que, apoiados nos meios de comunicação social, na Intersindical e em grupos da esquerda revolucionária, exigiam um modelo de autogestão e o direito de serem eles a determinar o conteúdo político-ideológico da emissora, em detrimento da entidade patronal, i.e., a Igreja. A questão, no início de foro interno, tornou-se política, graças, em boa parte, ao mediatismo que lhe foi conferido pela comunica-

[35] «Uma arma secreta», *Vida e Luz*, Ano XII, Maio–Junho de 1974, p. 2.

[36] «Uma palavra do pároco sobre o actual momento político», *Vida e Luz, Ano XII,* Julho–Agosto de 1974, p. 1.

ção social. Transformar-se-ia numa das *causes célèbres do período revolucionário*[37]. A Igreja viu esta situação, não só como um esbulho da sua legítima propriedade, mas sobretudo como uma tentativa de a silenciar, privando-a do seu principal meio de comunicação e intervenção a nível nacional e os ataques dirigidos ao conselho de gerência da RR, ao Cardeal-Patriarca ou à generalidade da hierarquia serviram para convencer ainda mais a maioria dos católicos da existência de uma campanha contra a Igreja. O Cón. Avelino de Jesus da Costa descrevia a situação, a 23 de Setembro de 1975, no *Diário do Minho:*

> O episcopado português tem sido violentamente atacado por certos organismos e meios de comunicação social (sobretudo pelos dependentes do Estado), em particular por ter corajosamente proclamado a verdadeira doutrina na carta pastoral publicada a 16 de Julho de 1974, e pela intransigente defesa dos seus incontestáveis direitos a possuir e dirigir a emissora católica Rádio Renascença. Além destes ataques gerais, outros tem havido a determinadas figuras do Episcopado. (...) O Sr. Arcebispo de Braga tem sido a principal vítima desta campanha infame, que procura todos os meios para o desautorizar, cumulando agora com os vexames de que foi vítima no aeroporto de Lisboa quando seguia para o Congresso Eucarístico, em Manaus, Brasil.[38]

Os vexames mencionados referem-se a um episódio que se tornou célebre e que contribuiu para excitar a indignação na opinião católica. Em 11 de Julho de 1975, estando D. Francisco Maria da Silva no aeroporto de Lisboa, de partida para um Congresso Eucarístico que se realizava no Brasil, uma denúncia anónima — que o acusava de ser portador de divisas — levou a que fosse revistado e obrigado a despir-se por agentes de segurança. A humilhação serviu para muitos como prova da hostilidade que vitimava a Igreja, e motivou a solidariedade de muitos católicos com o arcebispo[39]. Uma carta, dirigida por um leigo, datada de 4–8–1975, não apenas se solidarizava, como pedia que se realizasse, à semelhança do que se tinha vindo a fazer noutras dioceses, uma manifestação de apoio à Igreja e «de união ao seu hierarca»[40]. Com efeito, já em diversos pontos do país se haviam convocado e realizado manifestações em apoio à Igreja, que chegavam a congregar dezenas de milhares de católicos. Para além da devolução da RR, pretendiam demonstrar que o povo estava com a Igreja, numa altura em que a sua legitimidade era posta em causa. A «Manifestação dos Cristãos da Arquidiocese de Braga» ficou marcada para o dia 10 de Agosto de 1975. No dia 3, a Vigararia Episcopal para o Apostolado dos Leigos tinha enviado a todas as paróquias instruções para os dias seguintes: os párocos deviam avisar nas Missas os seus objectivos, («chamar a atenção para os Direitos Fundamentais do Homem, que

[37] Para uma compreensão mais aprofundada deste caso, cf. Santos, 2018.
[38] *D. Francisco Maria da Silva, razões de uma luta e perfil de um lutador,* pp. 135–136.
[39] Cf. *ib.,* pp.146–148.
[40] *Ib.,* p. 147.

foram lesados; de desagravo aos Bispos Portugueses; reclamação do direito à informação livre e objectiva através da RÁDIO RENASCENÇA — roubada à Igreja»[41]), e as equipas de leigos deviam por sua vez contactar e movimentar toda a população das paróquias para que tomassem parte na manifestação. Eram instruídas a fazer cartazes e a distribuir propaganda. A imprensa católica (especialmente o *Diário do Minho*) também se empenhou fortemente na sua divulgação.

A convocação da manifestação provocou apreensão em alguns sectores. As comissões administrativas municipais de Braga pediram, em reunião com o governador civil, que fosse adiada. Igualmente, alguns partidos pediram, em reunião com a comissão organizadora, que fosse cancelada[42]. Um grupo de católicos contestatários respondeu à convocação, fazendo publicar um texto, dirigido «aos Cristãos da Arquidiocese de Braga»:

> integrada na escalada reaccionária em curso no nosso País, está marcada para o próximo domingo (...), uma manifestação que se diz de Apoio ao Episcopado Português e de desagravo pelas prepotências de que a Igreja estaria a ser vítima. (...) pois bem, Irmãos Amigos, se, apesar de tudo, vos puxar o coração para participar (...), olhai as fivelas de ouro das sandálias do vosso Bispo, o seu anel precioso, o orgulho do seu porte, e comparai-o a Cristo. Reparai se não é esse ouro que vós estareis a defender, se não será esse orgulho que o move e pensai se Cristo não estará no Céu, onde mora, a dizer-vos não, não e não. (...) DIZEI COM ELE NÃO À MANIFESTAÇÃO [...] DIZEI COM ELE, VIVA A LIBERTAÇÃO DOS EXPLORADOS (...), VIVA A REVOLUÇÃO SOCIALISTA DE QUE ELE FOI, CRISTO FEITO HOMEM, UM AUTÊNTICO ARAUTO.[43]

Apesar destas iniciativas, a manifestação não encontrou obstáculos de maior à sua realização, e, no dia 10, a partir das 16 horas, os manifestantes começaram a reunir-se na Avenida Central, trazidos por autocarros de vários pontos da arquidiocese, perfazendo cerca de cem mil almas. Avançaram em direcção à Sé, organizados por paróquias e empunhando bandeiras nacionais e cartazes, com dizeres tais como: «não queremos saneamentos selvagens», «liberdade para a Igreja», «os cristãos são povo na construção do Portugal novo», e outros clamando pela restituição da Rádio Renascença. Algumas imagens captadas em filme[44] registaram como as ruas estreitas da cidade dificilmente acomodavam o caudal de manifestantes que, seguindo uma carrinha de som, ia cantando músicas de carácter religioso e nacional e repetindo palavras de ordem. Erguera-se, em frente da Sé, um estrado, no qual iriam discursar alguns fiéis, e, no fim, D. Francisco, que, juntamente com mais alguns elementos do clero e dignatários, como o bispo auxiliar, D. Manuel Ferreira Cabral e o Cón. Melo, esperava os manifestantes.

---

[41] *Ib.,* pp. 150–151.

[42] Nesta reunião estiveram presentes os seguintes partidos: CDS, MRPP, MES, FSP, PPM, PCP e MDP/CDE. Estes dois últimos procuraram dissuadir a comissão organizadora de realizar a manifestação.

[43] *D. Francisco Maria da Silva, razões de uma luta e perfil de um lutador,* pp. 152–153.

[44] O filme está disponível no *website da RTP Arquivos.*

No seu discurso, afirmou que «quem nos governa há-de tomar consciência do que o povo quer» — autoridades mandatadas pelo povo como representantes e não tutores, a liberdade de ensino, a moralidade pública e o respeito pelos valores morais, a liberdade religiosa inteira, uma sociedade livre — «e do que o povo não quer»[45]. Por fim, apontava:

> O problema português é este (...) dum lado, uma minoria, contra a vontade do Povo, está a impor à Nação o comunismo (...) Doutro lado, uma esmagadora maioria a dizer «NÃO» a tal comunismo. (...) Não está em jogo o programa do 25 de Abril; (mas sim os desvios posteriores!) (...). Será o comunismo nosso inimigo, inimigo da Religião? Sem dúvida! É inimigo figadal; e não há que acreditar nos seus chefes, mesmo quando verbalmente declaram querer respeitar a religião (...) quer pela doutrina, quer pela acção, em toda a parte (...) mostram ser hostis a Deus, à verdadeira religião e à Igreja de Cristo. Fazemos anticomunismo? Denunciamos apenas o erro, democraticamente, sem rodeios (...). Quem erra, porém, deve ser tratado sempre com sentimentos cristãos e atitudes democráticas.[46]

Depois de vivas à «Braga católica», a «Santa Maria, padroeira de Portugal» e a «Cristo Rei», que foram aclamados com entusiasmadíssimos aplausos, os manifestantes dispersaram pacificamente, dirigindo-se ao Campo da Vinha, onde os esperavam as muitas camionetas que, ali estacionadas, os levariam para as suas terras. Alguns milhares de manifestantes, porém, dirigiram-se à sede do PCP, que ficava num edifício no topo da praça. Provocações e insultos, vindos dos manifestantes ou dos militantes debruçados sobre a varanda (conforme as versões), foram atraindo gente ao local e deram lugar a várias tentativas de assalto ao edifício, cujos ocupantes tentavam repelir com tiros de caçadeira. As forças de segurança presentes nada fizeram, e as que, entretanto, iam chegando, foram manifestamente insuficientes para deter a multidão — que durante toda a noite não abandonou o local, prosseguindo o cerco até à manhã seguinte. Foi então lançado fogo ao edifício — que os bombeiros, entretanto chamados, foram impedidos de apagar pelos sitiantes. Pela tarde, forças do COPCON, chegadas do Porto, conseguiram retirar os 21 militantes comunistas de dentro do edifício depois de dispersarem temporariamente a multidão, que, terminada a sua obra neste local, se dirigiu à sede do MDP/CDE, que foi assaltada e teve o seu recheio queimado. Seguiu-se a sede da Intersindical, também assaltada, e, por fim, o Mercado do Povo, erguido pela Intersindical no parque de S. João da Ponte, que foi destruído.

O ataque à sede do PCP em Braga talvez tenha sido o mais célebre, mas acções semelhantes houve-as em várias terras do Minho — V.N. de Famalicão, Póvoa de Lanhoso, Ponte de Lima — e em todo o centro e norte do país. As reacções da imprensa foram diversas e variaram consoante a respectiva orientação ideológica. A condenação

[45] *Francisco Maria da Silva, razões de uma luta e perfil de um lutador,* pp. 176–182. Neste livro, bem com no *Diário do Minho*, foram publicados os discursos na íntegra.

[46] *Ib.,* p. 183.

da violência foi geral, embora alguns a procurassem justificar, e outros ainda a ligassem à Igreja ou às palavras de D. Francisco. Dos partidos houve reacções semelhantes. No *Diário do Minho* publicaram-se comunicados, da autoria das secções de Braga do PS e do PPD: condenavam a violência, mas atribuíam as responsabilidades, em última instância ao Partido Comunista, que acusavam de «assalto demagógico e selvagem aos postos de poder», tal como de violentar e injuriar a vontade do povo[47].

Conclusão

Da exposição que vimos apresentando, concluímos que a Igreja de Braga, longe de ser uma entidade monolítica, desde antes do 25 de Abril de 1974 verificava a existência de tensões entre a hierarquia e alguns sectores do clero. Para estas convergiram vários factores, entre eles as mudanças provocadas pelo CVII, bem como a forma de governo que D. Francisco Maria da Silva exerceu na arquidiocese. A revolução exacerbou essas tensões. Deve notar-se, porém, que estes sectores eram minoritários e heterogéneos, indo desde aqueles que desejavam avançar no sentido de uma renovação da Igreja à imagem do Vaticano II, até aos que, coligados com a esquerda revolucionária, perfilhavam concepções teológicas e eclesiais de influência marxista.

Concluímos ainda que o pensamento político da generalidade da Igreja de Braga, como expressado pela hierarquia e pela maior parte do clero diocesano, não divergiu notavelmente daquele da Igreja Portuguesa, pugnando por um modelo de sociedade política democrática e pluralista, à semelhança dos regimes «ocidentais», para a qual se deveria transitar no respeito pela ordem e pelas instituições, e, sobretudo, no qual fossem garantidos os direitos da Igreja. Nesse sentido, exortou múltiplas vezes os fiéis a participarem na vida política do país, através do voto e da sua integração nos partidos. Tampouco diferiu na oposição doutrinária às ideologias marxistas, repetidamente avisando os católicos da incompatibilidade dos princípios da sua fé com aqueles do comunismo.

Concluímos, por fim, que a Igreja de Braga não deixou, apesar da mudança de regime, de se manifestar pública e expressivamente. O II Congresso Eucarístico, que se realizou em Junho de 1974, foi exemplo da sua contínua capacidade de mobilização popular (não restringida pelos novos poderes, apesar da hostilidade por parte da comunicação social). De índole mais política foram algumas acções como as que ocorreram nas instalações da FNAT, a 12 de Julho de 1974, ou a manifestação do 10 de Agosto de 1975. Ambas vieram a demonstrar na prática aquilo que já se verificava no papel: a oposição da Igreja Bracarense tanto aos sectores «dissidentes» no seu interior, como à gradual viragem à esquerda que se ia materializando na sociedade portuguesa.

[47] «Comunicado do PS», *Diário do Minho*, n.º 18027, 13 de Agosto de 1975, p. 3.

Fontes e Bibliografia

Abreu, P. (2018). *Fastos Episcopaes da Igreja Primacial de Braga (Tomo V).* Empresa do Diário do Minho.

Cruz, M. B. (1996–1997). A Igreja na transição democrática portuguesa. *Lusitania Sacra*, 2.ª série, 8/9, 519–536.

Ferreira, J. M., & Rezola, M. I. (1994). Igreja, Política e Religião. Em Mattoso, J. (dir.), *História de Portugal*, vol. 8 (pp. 260–271). Editorial Estampa.

Grupos Cristãos de Base (1974). *Braga: A «Igreja» de D. Francisco Arcebispo: Natal – 1974 Ano Novo – 1975*. Edição dos Grupos Cristãos de Base.

Matos, L. S. (2001). *A Igreja na Revolução em Portugal (1974–1982).* Em J. M. Brandão de Brito (Coord.)*, O país em revolução* (pp. 63–131). Editorial Notícias.

Santos, P. B. (2005). *Igreja Católica, estado e sociedade, 1968–1975: o caso Rádio Renascença.* Imprensa de Ciências Sociais.

Vicente, A. (2016). *Catolicismo em Portugal: Crónicas de Susan Lowndes,* Centro de Estudos de História Religiosa.